



BOLETIM DE GREVE-SINTESAM

Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas

FOTO: DARBENS CORREIA



CLG realiza reunião ampliada em Itacoatiara e reforça integração da greve entre capital e interior

A reunião ampliada realizada no Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia da UFAM (ICET), em Itacoatiara, na quinta-feira, dia 21 de maio, marcou um passo importante na construção de uma greve mais integrada entre a capital e os campi fora de sede. Ao levar o debate até a unidade, o Comando Local de Greve (CLG) reafirmou que a mobilização da categoria não pode se concentrar apenas em Manaus, mas precisa incorporar, de forma concreta, a realidade, as demandas e as condições de luta vividas pelos colegas do interior. Além da agenda de informes, a atividade teve peso político por fortalecer a escuta das bases.

Em um movimento grevista que atravessa diferentes unidades da universidade, ouvir os trabalhadores dos campi fora de sede é condição para que a greve tenha capilaridade, representatividade e unidade real. A reunião em Itacoatiara permitiu aproximar o debate da conjuntura nacional das experiências locais, criando espaço para troca de percepções sobre o andamento da greve, os desafios específicos da unidade e a necessidade de ampliar a participação da categoria no interior. A presença do CLG em Itacoatiara também ajuda a enfrentar um problema recorrente nas instituições multicampi: a tendência de centralização política e comunicacional na sede. Ao realizar uma agenda descentralizada, o comando afirma que os campi fora de sede não ocupam lugar secundário na luta. Ao contrário: são parte decisiva da força da universidade e da capacidade de organização dos técnico-administrativos em educação. Em um contexto de greve, integrar capital e interior não é apenas ampliar presença territorial. É construir unidade a partir da escuta, do diálogo e do reconhecimento de que a pauta da categoria precisa ser sustentada por toda a base. A reunião em Itacoatiara reforça justamente esse sentido: a greve se fortalece quando consegue ouvir mais, articular melhor e mobilizar o conjunto da universidade.

Cronograma da Greve

	27/mai	28/mai	29/mai	01/jun	02/jun	03/jun
manhã	Assembleia de Greve	Atividade de formação	Reunião do CLG - Planejamento	Reunião do CLG - Visitas às unidades	Reunião do CLG - Planejamento	Assembleia de Greve
tarde	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG

NOTA TÉCNICA REBATE O MGI E SUSTENTA PAUTAS CENTRAIS DO ACORDO

A nova nota técnica da Assessoria Jurídica Nacional (AJN) reforça a posição da categoria de que não há impedimento jurídico para o cumprimento de pontos centrais do Termo de Acordo nº 11/2024. Elaborado em resposta ao Ofício SEI nº 38395/2026/MGI, o documento contesta a tentativa do governo de justificar o não cumprimento de cláusulas do acordo com base em alegados óbices legais.

A análise sustenta que o acordo firmado entre o governo e FASUBRA não pode ser tratado como compro-

misso político genérico, mas como instrumento vinculante para a Administração, submetido aos princípios da boa-fé, da confiança legítima e da vedação ao comportamento contraditório. Em outras palavras, o governo não poderia pactuar determinados pontos na greve e, depois, recusar sua implementação com base em argumentos que já eram de seu conhecimento.

Entre os temas tratados estão a reabertura de prazo para adesão ao PCCTAE, o reposicionamento dos aposentados, a jornada de 30 horas

e a carga horária das profissões regulamentadas. Ao final, a AJN conclui de forma direta que os argumentos apresentados pelo MGI não impedem o cumprimento dessas cláusulas do acordo.

A nota fortalece politicamente a greve porque desmonta a narrativa de inviabilidade jurídica e reafirma que o impasse não decorre de impossibilidade legal, mas de decisão política do governo em não cumprir integralmente o que foi pactuado.

SINTESAM PARTICIPA DE ATO NA ALEAM EM DEFESA DO FIM DA ESCALA 6X1



Em mais uma etapa da luta da classe trabalhadora pela redução da jornada, a audiência pública realizada na Aleam reuniu parlamentares, representantes sindicais e movimentos sociais em torno da defesa do fim da escala 6x1 e da redução da jornada semanal para 40 horas. O SINTESAM esteve presente na atividade, somando-se à pressão sobre a bancada federal para que avance uma mudança efetiva, sem retrocessos em direitos trabalhistas e previdenciários. A escala 6x1 é o regime em que o trabalhador cumpre seis dias consecutivos de trabalho para apenas um de descanso. Na prática, esse modelo comprime o tempo de vida, reduz a convivência

familiar, dificulta o acesso ao lazer, ao estudo e ao cuidado com a saúde, além de aprofundar o desgaste físico e mental. Por isso, o debate sobre jornada não diz respeito apenas à organização do emprego, mas à possibilidade concreta de existir para além do trabalho.

Durante a audiência, lideranças sindicais e representantes do movimento destacaram que o fim da escala 6x1 não pode ser condicionado a compensações que penalizem os próprios trabalhadores, como cortes em direitos ou mudanças regressivas na Previdência e no FGTS. A defesa apresentada no ato foi a de uma mudança imediata, que

enfrente a sobrecarga e amplie a proteção social de quem vive do próprio trabalho.

A atividade também reforçou que a pauta da jornada mobiliza diferentes categorias porque toca um problema comum: a transformação da vida em tempo quase integralmente subordinado à lógica da produção. Reduzir a jornada é abrir espaço para descanso, formação, afeto, participação política e qualidade de vida.

Ao participar do ato, o SINTESAM reafirmou que a luta por melhores condições de trabalho também passa pela defesa do tempo livre, da dignidade e de uma vida que não seja consumida inteiramente pelo trabalho.

FILIE-SE

(92) 99491-4508

E-MAIL: sintesam@gmail.com

SITE: sintesam.org.br

Francisco José Furtado, 09
São Francisco

@SINTESAM



SIGA A FASUBRA:

FACEBOOK.COM/FASUBRA

@FASUBRASINDICAL

MEU SERVIÇO NA UFAM É ESSENCIAL? PODE PARAR?

Durante a greve, atividades consideradas essenciais devem ser analisadas com cuidado. Nem todo serviço se enquadra automaticamente nessa condição, e a definição não deve ser feita de forma isolada pela chefia ou pelo próprio setor.

No âmbito do Comando Local de Greve, essa avaliação passa pela instância responsável por examinar as situações concretas apresentadas pelos servidores. A análise considera a natureza da atividade, os possíveis impactos de sua interrupção e, quando necessário, consulta a assessoria jurídica ou a administração da universidade.

Em caso de dúvida sobre a essencialidade do seu serviço, a orientação é encaminhar a situação ao CLG/SINTESAM para avaliação formal.

Solicitações de atividades essenciais devem ser encaminhadas ao CLG-SINTESAM pelo e-mail sintesam@gmail.com

Corte internacional reforça proteção ao direito de greve

Na quinta-feira, 21 de maio, a Corte Internacional de Justiça afirmou, em parecer consultivo, que o direito de greve de trabalhadores e de suas organizações é protegido pela Convenção 87 da OIT, norma ligada à liberdade sindical e ao direito de organização. A decisão tem forte peso político e jurídico internacional e representa um marco na defesa da ação sindical

CNG aprofunda debate sobre negociação coletiva no serviço público

O Comando Nacional de Greve (CNG) promoveu, no dia 20 de maio, mais uma rodada de debates sobre o Projeto de Lei nº 1893/2026, que trata da regulamentação da negociação coletiva e da representação sindical no serviço público. A discussão já havia sido iniciada dias antes e voltou à pauta em razão da importância estratégica do tema para a categoria e da necessidade de integrar os novos delegados que chegam e se revezam no movimento grevista.

Com ampla participação, o debate destacou que o projeto tramita na Câmara dos Deputados e tem como objetivo regulamentar direitos de negociação para servidores e empregados públicos das esferas federal, estadual e municipal, além de dar

concretude à Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A pauta é considerada prioritária pela FASUBRA, porque dialoga diretamente com a necessidade de criar bases jurídicas mais sólidas para a relação entre Estado e trabalhadores do serviço público. O aprofundamento promovido pelo CNG teve também caráter formativo. Ao discutir os avanços e os riscos presentes no texto do projeto, o comando reforçou que a luta sindical não se limita à mobilização imediata da greve, mas passa também pela compreensão das disputas legislativas que podem ampliar ou restringir direitos. Nesse sentido, o debate sobre o PL 1893/2026 ajudou a qualificar politicamente a base e a fortalecer a leitura jurídica do movimento sobre negociação coletiva e representação sindical.



JUDICIALIZAÇÃO DA GREVE EM MINAS ACENDE ALERTA SOBRE DIREITO DE PARALISAÇÃO

A greve dos técnico-administrativos em educação em Minas Gerais voltou a expor os riscos da judicialização do movimento paredista. Entre os casos recentes, entidades relataram ações movidas pelo Ministério Público Federal questionando a greve e apontando suposta paralisação integral de serviços essenciais, com pedidos que podem abrir espaço para restrições ao movimento, corte de ponto e ameaça

de responsabilização administrativa. O episódio reforça que a disputa em torno da greve não se dá apenas no campo político, mas também no terreno jurídico. Para a categoria, situações como essa acendem um alerta sobre a necessidade de unidade, acompanhamento jurídico e defesa firme do direito constitucional de greve diante de tentativas de intimidação e esvaziamento do movimento.

Cinema em Debate discute precarização do trabalho na ADUA

Na quinta-feira, 21 de maio, estudantes de Engenharia de Produção da UFAM participaram, na ADUA, de mais uma edição do Cinema em Debate, com exibição do filme *Você Não Estava Aqui*. A atividade refletiu sobre trabalho informal, precarização da vida, exploração da classe trabalhadora e a dificuldade de construir tempo de qualidade para a família em meio a jornadas exaustivas.

Orientações à base:

- A greve exige unidade, circulação de informação segura e participação ativa da categoria. Neste momento, é fundamental:
- acompanhar os informes oficiais do SINTESAM;
- participar das assembleias, atos e atividades de mobilização;
- fortalecer a comunicação com os locais de trabalho;
- denunciar pressões, assédio ou tentativas de desmobilização;
- manter a categoria informada sobre os pontos reais da pauta e os encaminhamentos da negociação.



UFAM INSTITUI GT DO RSC COM REPRESENTANTES DO SINTESAM NA COMISSÃO

A UFAM instituiu o Grupo de Trabalho de Reconhecimento de Saberes e Competências (GT-RSC/UFAM), responsável por estudar e propor os procedimentos prévios necessários à implementação do RSC para os servidores técnico-administrativos em educação da instituição. A medida foi oficializada pela Portaria nº 274, de 21 de maio de 2026, assinada pelo pró-reitor de Gestão de Pessoas, Luiz Ferreira Neves Neto, com efeitos a partir da data de publicação. A criação do grupo se fundamenta na Lei nº 11.091/2005, no Termo de Acordo de Greve nº 11/2024 — que prevê a implantação do RSC para a categoria a partir de abril de 2026 — e na aprovação do PL nº 5874/2025 pelo Congresso Nacional. Segundo a portaria, caberá ao GT analisar normativos, minutas, relatórios e orientações do MEC e do MGI, propor normas internas, definir fluxos processuais

critérios de avaliação, concessão e acompanhamento do RSC no âmbito da universidade, além de divulgar suas ações e elaborar relatório final com propostas de encaminhamento. O grupo será presidido pelo pró-reitor de Gestão de Pessoas e reúne representantes de diferentes setores e instâncias da universidade, como PROGESP, HUGV, CIS, DAPES, DDP, CPPTAE e DAGP. Entre os integrantes, o SINTESAM passa a ter representação direta na comissão, com Rosimeiry Ferreira Pereira como membro titular e Tiago de Souza Ribeiro como suplente. A presença do sindicato no GT tem peso político importante, porque assegura acompanhamento mais direto da categoria em uma pauta central da greve e da carreira. O cronograma de reuniões e o diálogo com a gestão serão definidos pelo próprio grupo, que deverá organizar as ações prévias necessárias à futura implementação do RSC na UFAM.

INFORMAÇÃO SEGURA TAMBÉM FORTALECE A GREVE

Em períodos de greve, a circulação de informação confiável é parte da própria organização do movimento. Documentos sem origem identificada, interpretações apressadas sobre negociações, versões parciais de informes e mensagens que circulam fora dos canais oficiais podem gerar confusão, enfraquecer a unidade da base e favorecer a desmobilização. Por isso, a orientação à categoria é acompanhar prioritariamente os informes oficiais do SINTESAM e da FASUBRA, além das deliberações aprovadas em assembleia.

O site do sindicato é sintesam.org.br e o da Federação é fasubra.org.br. Nos materiais do movimento, também aparecem como canais de referência o @SINTESAM e o @FASUBRASINDICAL, além da página da FASUBRA no Facebook. Manter-se bem informado não é um detalhe secundário. Em um contexto de disputa política, informação segura é instrumento de proteção coletiva, de coesão interna e de fortalecimento da capacidade de mobilização da categoria.